

DOSSIÊ Brasil: das Jornadas de Junho aos desafios atuais

Junho de 2013: Jornadas ou Rebeliões?

Luís Augusto Vieira¹

Introdução

Dentre os motivos que levaram à temática, em partes tem a ver com o campo de estudos do pesquisador, que versa sobre os fenômenos sociais de participação e mobilização políticas, aqui particularizados num tipo de participação e mobilização próprios dos movimentos sociais e correlatos. Outro motivo se refere à participação militante nesses espaços, e, daquilo que é específico do objeto em questão (Rebeliões ou Jornadas de Junho de 2013), por carecem de análises e mais elementos sobre aquela que foi uma das maiores manifestações de massas do Brasil, em períodos históricos e recentes² e que carecem de maiores esclarecimentos sobre vários de seus aspectos – aqui, buscamos problematizar apenas um deles.

Como procedimentos metodológicos, lançamos mão de um tratamento de abordagem qualitativa, por entender que a análise experimental matemática, como sugerem as pesquisas quantitativas, não são as mais adequadas à temática³. Como fontes de pesquisa e informação recorreremos, fundamentalmente, à pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos e de opinião e entrevistas) com autores que se debruçaram sobre o assunto, ainda que não fosse o principal objeto de estudos dos mesmos. Livros e sites de internet foram as fontes de busca de tais obras.

É mister destacar que os termos Rebeliões ou Jornadas, exceto aqui e acolá, não foram alvo de preocupação e debate da imensa maioria dos autores consultados, há a primazia do termo Jornadas, na sua grande maioria sem referendar ou demonstrar preocupação se o termo era o mais adequado, ou não – de nossa parte adotamos o termo Rebeliões, os motivos arrolaremos adiante.

Por fim, o artigo está dividido em duas seções, sendo a primeira um panorama de Junho com respectivos sujeitos, causas e momentos e o segundo problematizando os termos Rebeliões e Jornadas.

As Rebeliões de Junho em panorama

Partimos do entendimento que as *Rebeliões de Junho de 2013* não podem ser compreendidas e analisadas de forma isolada. Além de uma conjuntura econômica sinalizando piora (a crise dos Subprimes nos Estados Unidos em 2007/2008 é icônica nesse processo), havia uma movimentação mundial e nacional de períodos imediatamente anteriores, demonstrando que algo não estava bem. Nacionalmente: o

¹ Professor doutor, no curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

² BRAGA, Ruy. *A rebelião do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

³ SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Churrascão da Gente Diferenciada em São Paulo, 2012; as Greves de Girau e Belo Monte, 2012; a Greve dos/as Docentes Federal e Funcionalismo Público em 2012; além de um caldo movimentalista e saldo grevista, que indicavam que desde ao menos 2011 havia uma crescente nas manifestações. Internacionalmente: a Geração à Rasca portuguesa, 2011; os Indignados Espanhóis, em 2012; o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, em 2012; a Primavera Árabe, em 2012 e outros que se espalharam mundo afora, também demonstravam que o período e manifestações, quando revisitados, auxiliam-nos a compreender os acontecimentos no Brasil em junho de 2013.

Outrossim, as Rebeliões de Junho não foram um movimento uniforme. A velocidade e o desenrolar dos acontecimentos modificavam a dinâmica das manifestações e apresentavam novos elementos à conjuntura. Uma tarefa importante é periodizar seus momentos a fim de entender melhor seu conjunto. Nesse sentido, a leitura e interpretação do sociólogo e professor André Singer⁴ serão irrefutáveis⁵, a qual nos valem aqui.

E serão três, os grandes momentos de junho: o primeiro, o do *protesto popular* (de 6 a 13 de junho); o segundo, o da *nacionalização dos protestos* (de 17 a 20 de junho) e, finalmente, ou o terceiro momento, o de sua *fragmentação* (do dia 21 até seu minguar, ao final daquele mês)⁶.

A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho [...]. O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Inicia-se, então, a segunda etapa do movimento, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge [...].

⁴ Valendo-se das pesquisas dos institutos e jornais da época, o autor vai traçar um perfil geral das manifestações e manifestantes, centrado sobretudo na segunda fase: O conjunto de dados a que tive acesso foi o seguinte: duas pesquisas realizadas pelo Datafolha em São Paulo, nas manifestações dos dias 17 de junho (766 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais e para menos) e 20 de junho (551 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais ou para menos). A primeira foi consultada em <www.datafolha.com.br> em 22/09/2013; a segunda foi consultada na Folha de S. Paulo, 22/06/2013, p. C6; pesquisa realizada na manifestação do Rio de Janeiro, no dia 20 de junho, pela Plus Marketing, com 498 entrevistas entre 16h e 20h30 e seleção aleatória por intervalo de tempo com manifestantes acima de 15 anos. A margem de erro foi de 4,2 pontos percentuais; pesquisa nacional realizada pelo Ibope nas manifestações do dia 20, com 2002 entrevistas em oito cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília. As entrevistas foram feitas com manifestantes acima de 14 anos e a margem de erro foi dois pontos percentuais para mais e para menos. Consultada em <g1.globo.com> em 22/09/2013; pesquisa feita em Belo Horizonte na manifestação do dia 22, pelo Instituto Innovare, com 409 entrevistas de cinco minutos e margem de erro de cinco pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em: <www.innovarepesquisa.com.br> Acesso em 22/09/2013. SINGER, André. *Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo*. Psicologia USP, vol. 26, n. 1, jan.-abr., 2015, pp. 7-14. Instituto de Psicologia. São Paulo.

⁵ BRAGA, *op. cit.*

⁶ SINGER, André. Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos* Cebrap, 97, Nov., 2013, p. 23-40.

Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais.⁷

O que caracterizava, então, as respectivas etapas seria:

Para a primeira (a do *protesto popular*), a já costumeira organização convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL) e organizações próximas. Em seus aspectos ideológicos, as/os manifestantes estavam alinhadas/os às posições das esquerdas socialistas. Tinha como objetivo específico a redução do preço das passagens. As mobilizações não tão grandes, avolumavam-se ao longo do tempo. Os grandes veículos de comunicação, quando não ignoravam, tratavam os protestos como “coisa de estudantes” e as/os manifestantes como baderneiras/os. A violência desmedida da polícia fazia-se presente. De modo geral, os/as manifestantes entendiam, que o setor de transporte demandava ainda mais investimentos estatais e se posicionavam contrários/as aos gastos com juros e amortizações da dívida pública. Ou seja, no plano imediato, os motivos para as manifestações eram a redução da tarifa do ônibus; no plano da luta mais geral, era contra um sistema entregue à lógica da mercadoria, em que “*a população é sempre objeto em vez de sujeito, [e] o transporte ordenado de cima, segundo imperativos da circulação do valor.*”⁸.

Na segunda fase (a da *nacionalização dos protestos*), outras organizações e frações da sociedade (à esquerda e à direita) compuseram as manifestações, multiplicando a potência dos protestos; as posições políticas/ideológicas distanciavam-se das primeiras, reivindicações mais amplas se apresentavam, quase sempre, questionando os serviços ofertados pelo Estado; a mídia passava à ampla cobertura e mudava seu discurso em relação às manifestações; os governos começavam a atender as reivindicações das ruas, e; houve uma diminuição drástica da violência policial.

E quando se aborda a questão da violência policial, a ação das/os manifestantes despertou uma solidariedade que impulsionou sobremaneira os protestos das ruas. Ousamos dizer que, dada a justeza da causa e a necessidade de defesa, temos uma situação do uso imperioso da “violência” pelas/os manifestantes. Tal uso, além da necessidade de defesa imediata, despertou a solidariedade de amplos setores da sociedade e fez da combatividade uma das marcas de junho⁹ de 2013.

Assim, foi a partir da nacionalização dos protestos que uma massa de jovens se incorporou às manifestações, flertando tanto com as bandeiras relacionadas ao direito à cidade quanto com aquelas contrárias à corrupção¹⁰ (este o “novo” mote preferido dos/as manifestantes).

⁷ Idem, p. 24-26.

⁸ MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13.

⁹ “*Em poucas palavras, a ousadia de uma fração combativa da ‘classe média’ [...] teria aberto as comportas para a inesperada e caudalosa torrente de insatisfação que inundou as ruas [...] entre os dias 17 e 20 de junho.*”. BRAGA, *op. cit.* p. 230.

¹⁰ Segundo Celso Frederico, inesperadamente, personagens neófitos em política compareceram, os “coxinhas”, ou: “*essa multidão de indivíduos solitários moldados ideologicamente por décadas de*

A partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem a partir daí um viés oposicionista que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais.¹¹

Importante destacar como exemplos, que à época, estavam à frente do Governo Federal a Presidenta Dilma Rousseff (PT) e Vice-presidente Michel Temer (PMDB); em São Paulo, no governo do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), e na prefeitura, Fernando Haddad (PT); governava o Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB), e na prefeitura, Eduardo Paes (PMDB).

Nesse momento de impulso das manifestações, giros nas interpretações e posturas, não tardaram a ocorrer. Os grandes veículos de comunicação, que como sempre tachavam as/os manifestantes de baderneiras/os e tentavam empurrar a população contra elas/es, viram-se obrigados a dar espaço ao que ocorria – foi preciso desculpar-se das barbaridades inventadas e alterar sua grade de programação, cobrindo ao vivo e *in loco* o que acontecia, todavia, disputando com sua pauta a massa que estava nas ruas.

Do outro lado, porém, foram as/os manifestantes, com seus aparelhos de celular e ciberativistas na frente de seus computadores, que deram a real dimensão do que acontecia nas ruas. O fato tornou-se tão impactante que as mídias alternativas, tais como Mídia Ninja e Fora do Eixo, dentre outras, tiveram suas audiências comparadas, por algum momento, às emissoras menores de televisão. As pessoas passavam a buscar nessas fontes a informação das ruas – estavam abertas as tais “guerras de narrativas”. Infundáveis discussões na internet serviram para difundir as informações, mas também para gerar muita contrainformação e mentira (ou as tais fakenews). Muitos cogitaram estar diante de uma nova ferramenta organizadora de protestos, pois, um evento no Facebook atraía uma multidão. A “alegria” durou pouco, bastou a onda movimentalista fazer seu recuo que os eventos, por mais curtidos, confirmados e compartilhados que fossem, não atraíam o mesmo volume de pessoas¹².

O certo é que, como não se via no país, o brasileiro “comum” passou a falar de política de forma aberta e espontânea. Para o espanto de muitos, junto ao assunto do momento, o conservadorismo latente fazia-se presente.

hegemonia do neoliberalismo.” FREDERICO, Celso. Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. São Paulo: CEBRAP; *Estudos Avançados* 27, n 79, 2013, p. 248.

¹¹ SINGER. *Brasil...*, op. cit. p. 34.

¹² “As possibilidades emancipatórias da internet convivem com sua colonização pelas atividades comerciais, pela presença agressiva de internautas profissionais a serviço de partidos, empresas etc., e, hoje sabemos, por uma implacável vigilância por parte dos Estados Unidos. O ciberativismo, por sua vez, é tanto uma ferramenta para a ação coletiva como um canal para o individualismo irresponsável. É fácil clicar um botão e aprovar ou reprovar algo”. FREDERICO, *Da periferia ao...*, op. cit. p. 248-49.

A partir do dia 20 de junho, sobretudo em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Campinas, cresceu a polarização política entre os movimentos sociais organizados. [Os] partidos e agrupamentos de esquerda ligados aos movimentos estudantis, e os agrupamentos de direita [...] buscavam conquistar a condução de setores de massa durante os protestos. Os enfrentamentos com os setores da direita e a marcante presença de setores médios tradicionais a partir da massificação dos protestos alimentou interpretações a respeito das Jornadas de Junho [...].¹³

Basta recordar que, nas manifestações do dia 20 de junho, as esquerdas, ao tentarem continuar com a participação, estando num lugar que sempre entenderam ser o seu, sentiram o peso de uma massa que não os queria, ou que os queria calados. E isso ocorria justamente com as esquerdas, as quais têm tanto apreço e respeito pelas ruas, historicamente ocupadas por essas e que se tornaram o espaço privilegiado de seu fazer político.

O baque foi duro, muitos militantes foram agredidos fisicamente, achincalhados, xingados e reprimidos. Algumas organizações entenderam que era a hora de se retirar das ruas, pois aquelas manifestações não eram as suas. Outras entenderam que deviam permanecer e disputar, de toda forma, aqueles/as que por ali passavam. O fato é que algumas organizações continuaram, porém tomando medidas de segurança. Outras entenderam que deveriam se preparar melhor para o que estava por vir e se retiraram.

Vale destacar que as esquerdas também encontraram muitas dificuldades para compreender os significados mais profundos presentes nas rebeliões iniciadas em 2013. Estas se revelaram claramente plebiscitárias, mais horizontais e de recusa aos comandos partidários, além de refratárias às práticas que se inserem predominantemente na institucionalidade. Isso porque parte dessas práticas ainda está prisioneira em demasia do calendário eleitoral e das ações limitadas à institucionalidade, distante, portanto, do eixo central das rebeliões de junho de 2013. Outra parte, por manter alguma expectativa em relação ao governo Dilma e suas possibilidades de mudança de rota, ou ainda por temer uma ofensiva de direita, tornou-se prisioneira da tese do ‘apoio crítico’ ao governo do PT.¹⁴

Na tentativa de entender melhor o ocorrido (da animosidade para com as esquerdas nas ruas), afirmamos que fatores de ordem nacional e internacional entrelaçam-se na explicação de tal *recusa das massas*: i. nacionalmente havia a insatisfação com o governo Dilma, que vinha impondo um duro ajuste fiscal sobre as/os trabalhadoras/es, além do desencanto com os megaeventos no país que, ao contrário do que se vislumbrou, aprofundaram o fosso existente entre as classes sociais (veja quem participaria nas arquibancadas dos eventos), além de aumentar a repressão por parte do Estado (como exemplo, a Lei de Segurança Nacional e as remoções forçadas); ii. a histórica indistinção por parte da população acerca dos segmentos de esquerda,

¹³ BRAGA, *op. cit.* p. 228.

¹⁴ ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 237.

mantendo no imaginário popular que PT ou qualquer outro agrupamento com colorações partidárias semelhantes, ou que reivindique o socialismo, são a mesma coisa, logo, todos eram responsáveis pelas imposições do governo federal e, iii. nacional e internacionalmente assistia-se ao avanço da extrema-direita e ao conseqüente rechaço às esquerdas de uma forma geral (ainda que no Brasil só fossemos compreender a real dimensão desse avanço alguns anos depois). Diante deste quadro da segunda fase dos protestos, ficava quase impossível às esquerdas organizadas tomarem a dianteira do processo no momento de sua massificação.

A terceira e última etapa dos protestos (o de sua *fragmentação*) caracterizou-se pela saída do MPL e de muitas/os manifestantes organizadas/os pelas esquerdas; as manifestações mantiveram-se volumosas, mas perderam forças; havia uma repetição na miríade de pautas, mas com objetivos mais específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.); a manutenção da mídia tradicional ordenando os protestos a seu gosto; a polícia voltando a usar da violência, agora contra as/os supostas/os baderneiras/os – como alvo principal, adeptas/os das táticas de *Black Bloc*¹⁵.

Nesse momento, outro fator que se destacou foram as organizações de esquerda, sobretudo as centrais sindicais, propondo novos atos e protestos, como o ensaio da greve geral dos dias 11 de julho (Dia Nacional de Lutas) e 30 de agosto (Dia Nacional de Mobilização e Paralisação). Era a parcela organizada da classe trabalhadora que tentava unificar as lutas e suas principais bandeiras reivindicatórias. Isso foi possível, mas sem o mesmo impacto que as ações que acabavam de acontecer.

E após seu pico, “*a maior onda de mobilização popular da história brasileira refluíu em agosto para a participação de alguns milhares*”¹⁶, até dissipar-se em outras mobilizações e manifestações, mas sem a mesma força.

Importa destacar ainda que as demandas levadas às ruas “*decantaram-se em uma pauta popular em favor de mais investimentos públicos em transporte, saúde e educação*”¹⁷, e que a bandeira inicial da redução das tarifas de transportes foi conquistada em São Paulo e em várias cidades do país, além da gratuidade dos transportes para estudantes em algumas cidades. Outras reivindicações que se destacaram, como a derrubada da PEC 37¹⁸, também foram alcançadas. Ou seja, em junho de 2013, a conquista de reivindicações foi real.

¹⁵ “*Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas.*” DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014. p. 10.

¹⁶ BRAGA, *op. cit.* p. 227.

¹⁷ *Idem*, p. 180.

¹⁸ À época, a PEC foi reprovada por 430 deputados/as, ante 9 que se posicionaram favoravelmente. A PEC 37 sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública [...] Se fosse aprovada, o poder de investigação criminal seria exclusivo das

E quando buscamos uma caracterização mais arguta de Junho, valendo-nos da mesma pesquisa ordenada por André Singer¹⁹, considerando: o recorte geracional, a classe social, a escolaridade, a renda e os aspectos político-ideológicos; temos que:

A juventude foi a principal parcela da população que impulsionou as manifestações, bem como a que esteve presente em todo o processo. A base do movimento foi formada por uma grande maioria de jovens (14 a 25 anos) e jovens adultos (26 a 39 anos), que somavam cerca de 80% dos que foram às ruas²⁰.

Quanto às frações de classes presentes, a constatação é que jovens de classe média tradicional, mais politizados, impulsionaram o primeiro momento do movimento, e de que o jovem precariado²¹ aderiu na sequência.²² Arrisco afirmar que a condição imediata de subemprego, ou mesmo desemprego, somada às dificuldades impostas cotidianamente, contribuíram com a entrada em cena dessa segunda parcela.

Ao caracterizar esses jovens (e jovens adultos) em relação à formação escolar, as/os manifestantes possuíam escolaridade mais elevadas que a média nacional, levando a supor que de fato as manifestações concentravam-se nas classes mais elevadas da sociedade²³.

Todavia, ao identificar as condições econômicas e financeiras das/os manifestantes, constata-se algo em torno de 50% com renda familiar mensal de até 5 salários-mínimos; 30% com renda de 6 a 10 salários-mínimos e 20% das/os manifestantes com renda superior a 10 salários-mínimos²⁴. Ou seja, não era necessariamente a parcela mais abastada da sociedade que se encontrava nas manifestações, ao contrário.

Assim, a partir da relação entre fatores geracional, de escolaridade e renda, temos: o encontro da mesma geração, nas ruas em junho; escolaridade mais elevada que

polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP). RODRIGUES, Leo. *Entenda o que é a PEC 37*. S/I. 18/6/2013. Disponível em: <<https://memoria.etc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>> Acesso em: 22 de set. de 2020.

¹⁹ SINGER, Quatro notas..., *op. cit.*

²⁰ Idem, p. 7-14.

²¹ De forma breve, o precariado: “isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa” [...] Em primeiro lugar essa definição permite-nos localizar o precariado no coração do modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção nos possibilita tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho. BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 18

²² SINGER, *Quatro notas...*, *op. cit.* p. 7-14.

²³ Idem, p. 7-14.

²⁴ Idem, p. 7-14.

a média nacional; classe social diferenciada, ou a classe média tradicional e o precariado se encontrando em Junho.

No que tange aos aspectos políticos e ideológicos, é consenso o caráter anticapitalista e de esquerda daquelas/es que promoveram e participaram da primeira fase do movimento: MPL, militantes de coletivos afeitos, alguns sindicatos e central (CSP-Conlutas), militantes de partidos políticos, tais como PSOL, PSTU, PCB dentre outros – incluindo segmentos da esquerda petista.

No entanto, na segunda fase, a da massificação dos protestos, as camadas que se denominavam de centro ocuparam a cena. Em seus posicionamentos políticos ideológicos, da centro-esquerda à centro-direita, ou centro ampliado, somava-se algo em torno de 70% das/os participantes. De forma isolada, os que se autodeclaravam de centro, também eram maioria, ou seja, é no centro que devemos deter maior atenção, pois foi quem deu a tônica das manifestações pós-primeira fase²⁵:

O realmente novo foi a atuação do centro [...] bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. A única condição para que pudesse levar adiante tal operação aditiva foi a de não transformar a reivindicação de hospitais e escolas ‘padrão Fifa’ em um verdadeiro combate ao capitalismo, como quer a esquerda, nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda, como propõe a direita²⁶.

O centro que apareceu nas manifestações defendia uma sociedade unificada e participativa, em luta contra um Estado opressivo e antiquado. Seus adeptos estavam dispostos a acabar com velhos hábitos, dentre os quais o atraso e a corrupção. Apresentavam-se enrolados em bandeiras do Brasil e cantando o hino nacional – aliás, esta foi a bandeira da moralidade predileta da direita nacional contra governos que se entendem progressistas, de Getúlio a JK, de João Goulart a Lula.

No entanto, ainda no momento da massificação dos protestos, os extremos políticos de esquerda e de direita destacaram-se e “anularam” a inclinação centrista da maioria das/os manifestantes.

Nesse sentido, os setores médios tradicionais e politicamente conservadores ter-se-iam aproveitado dos protestos para levantar sua própria bandeira desfraldada pelas denúncias de corrupção que atingiam o governo federal. Entre a crítica às condições de vida nas cidades e a revolta contra os escândalos, ter-se-ia formado um amplo centro político cuja vantagem residiria exatamente na possibilidade de levantar tanto a bandeira do transporte quanto a da corrupção²⁷.

²⁵ Idem, p. 7-14.

²⁶ SINGER, Brasil..., *op. cit.* p. 36.

²⁷ BRAGA, *A rebeldia do...*, *op. cit.* p. 231.

E seriam os desejos desse centro querendo se expressar e a busca por qualidade de vida a chave interpretativa de junho. No entanto, segundo Braga²⁸, tal hipótese apresentava ao menos dois problemas: o primeiro, por fixar a análise apenas na segunda etapa de junho, e o segundo, e decorrente do primeiro, por não considerar as lutas que foram se acumulando antes e depois dos protestos. Importante considerar que estas lutas tinham um evidente caráter popular (redução das tarifas de ônibus, mais saúde e educação, contra o ajuste fiscal, dentre outros).

Assim, junho abriu em seu terceiro momento, as comportas para um movimento conservador e reacionário, vários manifestantes foram às ruas pedir o fechamento do Congresso Nacional e a volta da ditadura militar. Institutos liberais fomentarem e patrocinarem manifestações e manifestantes de direita. Porém ao olharmos também para as periferias, seja no aspecto geográfico, seja no aspecto político, observamos que importantes movimentos de protestos já ocorriam em períodos anteriores a junho, com destaque para as Greves do Funcionalismo Público, Girau e Belo Monte, o Churrascão da Gente Diferenciada, o Ato Político-cultural “Existe Amor em SP” dentre outros. Posteriormente vieram os Rolezinhos, as Ocupações das Escolas, as Greves dos Precários, como os garis no Rio de Janeiro e outros.

Nesse sentido, é importante destacar que as Jornadas de Junho não se esgotaram nos protestos de rua, mas transbordaram em múltiplas direções que se revelam apenas quando deslocamos nossa observação para as margens das cidades, das regiões, das classes sociais, do mercado de trabalho e das formas de representação política²⁹.

Diante disso, faz-se necessário olhar e aprofundar, o antes e o depois destas manifestações, para melhor compreendermos junho de 2013 – o que não se faz possível aqui.

Por fim, se naquele momento, como as esquerdas sempre desejaram, milhares de brasileiras/os se mobilizaram. Vale destacar que mesmo sendo da classe trabalhadora não foi o rastro das esquerdas que aqueles/as seguiram³⁰.

Jornadas ou Rebeliões?

De antemão é mister destacar que apresentamos aqui o início de um debate que carece de maior aprofundamento e necessária fundamentação teórica, pois na bibliografia que trata de Junho de maneira em geral, os termos *Jornadas ou Rebeliões*, não mereceram maior destaque – exceto por alguns autores os quais trarei na sequência.

E quando se vai ao sentido que a grande maioria dos/as analistas empregam a Junho de 2013, nota-se que, o que parece menor e sem importância, carregam alguns exageros em seu sentido. Sobretudo quando a sua imensa maioria empresta das jornadas parisienses, de 1844, sua terminologia e analogia – nada mais fora do lugar.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem, p. 232.

³⁰ “‘Paradoxo das consequências’, diria Max Weber: um movimento concebido numa óptica anticapitalista nas redes sociais seguiu caminhos inesperados e contrários à orientação inicial”. FREDERICO. *Da periferia ao... op. cit.* p. 248.

O primeiro apontamento vem de André Singer³¹, que diz recordar que a referência às manifestações como sendo “Jornadas de Junho”, aconteceu em conversas de corredores entre colegas da USP, às vezes de forma mais séria, noutras nem tanto “*eu próprio cheguei a utilizá-la em artigo de jornal. Algum tempo passado, no entanto, hesito em repetir a fórmula*”.³²

Tal hesitação não se faz sem motivos, conforme sinalizado, a referência emprestava o termo dos acontecimentos revolucionários de 1848 em Paris, ocasião em que o proletariado parisiense se lançou numa tentativa de insurreição. Segundo consta nos escritos de Marx sobre *As lutas de classes na França e n’O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, aquele foi “*mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias*”³³. Como sujeito, o proletariado fazia sua aparição no cenário político como uma classe autônoma, ou algo inédito na historiografia. Tais eventos, ou jornadas, questionavam a ordem posta, ensejando mesmo um desenho insurrecional que só foi abafado com o brutal esmagamento deferido pelas tropas sob o comando do general Cavaignac. “*O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado*”.³⁴

Dessa feita, utilizar o termo “Jornadas” para descrever o que acontecia no Brasil, em 2013, em alusão às jornadas parisienses do século XIX, não se apresentava da forma mais precisa. Em Paris, as Jornadas adquiriram um caráter explosivo e revolucionário, já no Brasil, embora contivesse o caráter explosivo, a revolução não estava na ordem do dia – afora as que as jornadas de 1848, apresentou para a cena política mundial o proletariado como uma classe para si.

Outros elementos de ordem internacional, nos trazem mais elementos para se pensar Junho como Rebeliões e não Jornadas. Segundo Antunes³⁵, o ciclo de manifestações que se iniciou em 2005, que ganhou força a partir da crise financeira de 2008 (e se estendeu ao menos até 2015/2016), pode ser entendido como uma Era das Rebeliões “*que, entretanto, não se converteu em uma era de revoluções*.”³⁶. Como pontos convergentes, os levantes mundo afora apresentaram as mesmas características, quanto aos sujeitos, métodos de ação, reivindicações e outros, dessa feita as Rebeliões de Junho de 2013 no Brasil, seriam parte dessa era de rebeliões – termo que o autor passa a utilizar toda vez que faz referência a de Junho de 2013 no Brasil.

Alguns autores reivindicaram ainda, nominar aqueles eventos como “*acontecimentos de junho de 2013*”, em acordo com a denominação francesa para maio de 1968. Todavia, embora mais cuidadoso, entendemos que o termo *acontecimentos*, soa como algo episódico, genérico, sem lastro temporal, nem de antes e nem de depois de Junho, além do que, aparenta deixar de fora elementos que configuraram a onda de manifestações que tomou o Brasil, em sua relação com outras que ocorreram mundo afora.

³¹ SINGER, *Brasil..., op. cit.*

³² Idem. *op. cit.* p. 23.

³³ MARX apud SINGER, *Brasil..., op. cit.* p. 24.

³⁴ SINGER, *Brasil..., op. cit.* p. 24.

³⁵ ANTUNES. *O privilégio..., op. cit.*

³⁶ Idem, p. 56.

Com isso, e em concordância com as elaborações de Singer³⁷ e Antunes³⁸, o termo “Rebeliões de Junho” parece-nos mais adequado, pois amplia o caráter de simples manifestações de rua, ao mesmo tempo em que não reivindica o caráter de jornadas como as parisienses – além do que permite reivindicar junho numa *era de rebeliões*, em conjunto com as manifestações mundiais.

Assim, em nosso entendimento e formulação, os eventos de Junho de 2013, melhor se qualificam como *rebeliões*, devido ainda aos elementos que o caracterizam, tais como: a recusa em aceitar e obedecer às ordens das autoridades (por exemplo, quanto ao percurso que as/os manifestantes poderiam ou não fazer nas ruas); a ação violenta de defesa e resistência que se assistiu naqueles episódios (sobretudo a tática Black Bloc); a falta de uma direção programática revolucionária, que apontasse para além das pautas por direitos e reformas (redução das tarifas e melhoria nos transportes, saúde, educação, etc.); a ausência de uma organização que capilarizasse as revoltas hegemônicas as mesmas; o caráter massivo, explosivo e de difícil controle que tomou as ruas, e, o inesperado caminho conservador que as Rebeliões tomaram e se aprofundaram nos anos vindouros.

Com isso, reivindicar o termo “Rebeliões de Junho” para o ocorrido em 2013, parece-nos o mais adequado – na esperança que as Jornadas, como as parisienses, não tardem!

Considerações finais

Daquilo que se depreende como apontamentos, tem-se em linhas gerais que: Jornadas foi o termo mais corrente e utilizado para os registros de Junho de 2013, no entanto, não mereceu maiores reflexões e debates a respeito do termo e foi utilizado, quase que naturalmente. Quando se vai ao termo *Rebeliões*, a situação se altera: embora infinitamente em menor uso, demandou algumas reflexões e esforço interpretativo.

Das dificuldades da temática, assinala-se que: justamente a pouca preocupação, reflexão e uso desmedido de *Jornadas*, não permitiu material mais farto para aprofundar a pesquisa empreendida e que notoriamente carece de maiores estudos.

Do que foge ao tema central do debate proposto, é categorial e notório afirmar que as Rebeliões de Junho de 2013 permitiram, sim, o avanço das lutas de classe no Brasil, sendo que, nesse momento, a classe dominante tem se colocado mais forte.

E por fim, entendemos que outros e mais elementos devem ser buscados, ensinamentos carecem ser medidos, interpretados e ressignificados, muitas confusões, pré-conceitos, análises rasteiras e aligeiradas carecem ser desfeitas e melhor explicadas – sobretudo a partir da perspectiva das organizações da classe trabalhadora –, evitando uma série de erros e imprecisões ao analisar os processos sociais, políticos e movimentistas da atualidade, inclusas as Rebeliões aqui destacadas.

Artigo recebido em 31.8.2022

Aprovado em 17.10.2022

³⁷ SINGER, *Brasil...*, *op. cit.*

³⁸ ANTUNES. *O privilégio...*, *op. cit.*